



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

MANDATO 2021 - 2025

ATA N.º 1/2022

-----Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dezanove horas e trinta minutos, no Auditório Municipal de Velas, Freguesia e Concelho de Velas, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Velas, presidida pela senhora Lena Felicidade Pereira Amaral, com a seguinte ordem do dia:-----

-----**Ponto um - Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea d) do n.º 2 do artigo 4º deste Regimento;**-----

-----**Ponto dois - Proposta de Geminação com a Cidade de Watsonville nos EUA;**---

-----**Ponto três – Estratégia Local de Habitação do Município de Velas;**-----

-----**Ponto quatro – Anexo I dos Contratos Interadministrativos de delegação das competências do Município de Velas nas Juntas de Freguesia do Concelho de Velas;**-----

-----**Ponto cinco – Anexo I dos Acordos de Execução de delegação das competências do Município de Velas nas Juntas de Freguesia do Concelho de Velas;**-----

-----**Ponto seis – Aprovação da Minuta de Contrato Programa de Cooperação no apoio ao desenvolvimento de atividades entre o Município de Velas e a Associação para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge (ADISJ);**-----

-----A Presidente da Assembleia começou por fazer o enquadramento legal da sessão, explicando que se trata de uma sessão ordinária de acordo com o estipulado pela Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro, e que a convocatória enviada, referente à presente sessão, estava em conformidade com o artigo 31º. do regimento em vigor.-----

-----Iniciados os trabalhos, a Presidente da Assembleia comunicou a falta justificada dos deputados municipais Roberto Jorge de Sousa Cabral, Catarina Maria Silveira Bettencourt, António Guilherme Lemos Gambier Machado, André Bernardo Silva e Vasco Filipe dos Santos Pinto Azevedo, sendo substituídos pelos membros Maria da Conceição Blayer Botelho, Maria Manuela Dias da Silva Rodrigues, Noélia Maria Vitorina Teixeira, Sandro Valério Vieira Sequeira e Elisabete de Fátima Brasil Marques, respetivamente. Uma vez que os membros substitutos Maria Manuela Dias da Silva Rodrigues e Elisabete de Fátima Brasil Marques não tinham tomado posse na Assembleia, foi solicitado à segunda secretária da mesa a leitura das atas de tomada de posse, anexas à presente ata.-----

-----Seguidamente, a Presidente solicitou ao primeiro secretário da mesa que procedesse à **chamada dos senhores deputados municipais**, confirmando-se a presença dos deputados municipais Lena Felicidade Pereira Amaral, Ana Paula da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

Silveira Soares, Luísa Margarida Silva Matos, Noélia Maria Vitorina Teixeira, Paula Maria Bettencourt Sequeira Amarante, Fernandino Bettencourt Simas, João Paulo Oliveira da Silva, Janete Andreia Ávila da Fonseca, Maria da Conceição Blayer Botelho, Maria Manuela Dias da Silva Rodrigues, Renato Luís de Sousa Bettencourt, José Alberto Vieira da Silva, Mário José Soares, José Eduardo Dias Brasil, João Paulo Bettencourt Oliveira, Elisabete de Fátima Brasil Marques, André Filipe dos Santos Silveira, Marília Leonilde Lemos Regalo e Freitas, Roger Leonel Vieira de Sousa, Sandro Valério Vieira Sequeira e Hélio Silveira da Rosa.-----

-----**Confirmada a presença dos membros da Assembleia Municipal e havendo legalidade na convocatória, verificou-se haver quórum, dando-se assim início à sessão.**-----

-----Informou a Presidente da Assembleia que o Município **solicitou a deliberação em minuta dos pontos dois, três, quatro, cinco e seis** da ordem do dia. Não tendo sido proferida oposição, a proposta foi posta a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade.**-----

-----A Presidente deu início ao período **antes da ordem do dia** começando por explicar que, de acordo com o artigo 39.º, conjugado com o artigo 71.º, do regimento em vigor, «Em cada sessão há um período designado de “Antes da Ordem do Dia”, (...) outro designado de “Ordem do Dia” e um “Período de Intervenção Aberto ao Público”».-----

-----Esclareceu ainda que o artigo 40.º estabelece o período antes da ordem do dia, referindo que tal período se destina ao tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, tendo uma duração máxima de sessenta minutos, e prosseguiu com a apreciação da ata número dois, de vinte de dezembro de dois mil e vinte e um, a qual foi remetida aos deputados municipais junto com a ordem do dia. Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia colocou à votação a ata número dois barra dois mil e vinte e um, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----Ainda dentro deste período, a Presidente da Assembleia colocou à disposição dos senhores deputados, para consulta, a correspondência recebida entre a última sessão e a atual, informando que esta também poderá ser consultada no horário de expediente do Município, enviando previamente um email a manifestar esse interesse para o endereço eletrónico da Assembleia, e abriu o período para a apresentação das propostas ou recomendações apresentadas pelos grupos municipais. -----

-----A Presidente da Assembleia iniciou este período informando que os votos e recomendações a apresentar na sessão foram antecipadamente remetidos, via mensagem eletrónica, para os líderes de cada grupo municipal e para o representante da Coligação Democrática Unitária. Informou que os membros da mesa exerceriam o seu



Assessor
Hoares

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

direito de voto, passando de seguida a palavra à deputada municipal Ana Paula Soares para apresentação do voto de pesar pelo falecimento do Padre Manuel Garcia da Silveira (em anexo).-----

-----Associaram-se ao voto de pesar os grupos municipais do Partido Popular, Partido Social Democrata e o representante da Coligação Democrática Unitária.-----

-----Não havendo mais inscrições, a Presidente da Assembleia passou à votação do voto de pesar pelo falecimento do Padre Manuel Garcia da Silveira, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com vinte votos a favor dos grupos municipais do Partido Popular, do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e do representante da Coligação Democrática Unitária, e uma abstenção do grupo municipal do Partido Popular**, sendo dado conhecimento deste voto à família, à Ouvidoria de São Jorge e ao Conselho de Ilha de São Jorge.-----

-----Seguidamente, foi passada a palavra ao deputado municipal José Eduardo Brasil para leitura da recomendação contra o fim dos encaminhamentos gratuitos para passageiros não residentes (em anexo). Finda a apresentação, inscreveu-se a deputada municipal Noélia Teixeira que transmitiu a intenção de voto a favor, reforçando que esta medida contribuirá para a redução do número de turistas na ilha, pois muitos optarão por permanecer nas ilhas de entrada com *gateway*.-----

-----Tomou a palavra a deputada municipal Paula Amarante que informou que o seu grupo municipal iria abster-se na votação, apesar de saberem que as ilhas pequenas ficariam prejudicadas com esta medida, realçou que não pode ser esquecida a herança recebida do anterior Governo, sendo impraticável ao atual Governo Regional continuar a suportar este encargo. Concluiu defendendo que a recomendação deveria ser feita ao Governo da República, para que auxilie no valor da dívida, mas reforça que a medida aplicada pelo atual Governo Regional se destina a passageiros não residentes, continuando os residentes a beneficiar da mesma.-----

-----Inscreveu-se o deputado municipal Roger Sousa que comunicou que o grupo municipal do Partido Popular iria votar a favor, não obstante, ressalva que o atual Governo Regional apenas colocou em prática o protocolo celebrado desde dois mil e quinze entre o Governo da República, a União Europeia e o Governo dos Açores à altura. Reconhece, no entanto, que esta medida será penalizadora para as ilhas que sem *gateway*, razão justificativa da intenção de voto do seu grupo municipal. Terminou referindo que caberá ao Governo Regional, em conjunto com o Governo da República, encontrar soluções para esta situação, para que as restantes ilhas tenham o mesmo fluxo turístico que as ilhas com *gateway*.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

-----Findas as intervenções, a recomendação foi posta a votação, tendo sido **aprovada por maioria com dezoito votos a favor dos grupos municipais do Partido Socialista, do Partido Popular e do representante da Coligação Democrática Unitária e três abstenções do grupo municipal do Partido Social Democrata**. Esta recomendação será remetida ao Município de Velas para que desenvolva esforços junto do Governo Regional dos Açores contra o fim dos encaminhamentos gratuitos para passageiros não residentes, sendo dado conhecimento desta recomendação ao Conselho de Ilha de São Jorge, à Assembleia Legislativa Regional, à Secretaria dos Transportes, Turismo e Energia e ao Presidente do décimo terceiro Governo Regional dos Açores.-----

-----A Presidente da Assembleia passou, de seguida, a palavra ao deputado municipal Roger Sousa para apresentação da recomendação pela melhoria das acessibilidades marítimas à Ilha de São Jorge (em anexo). Finda a intervenção, o líder do grupo municipal do Partido Socialista, por questão levantada pela Presidente da Assembleia, dado ter apresentado uma recomendação semelhante, associou-se à proposta apresentada pelo Partido Popular.-----

-----Abertas as inscrições aos restantes grupos municipais, inscreveu-se a deputada municipal Paula Amarante que transmitiu que o seu grupo municipal iria associar-se à recomendação. No entanto, afirmou ter tido acesso à problemática da greve iniciada pelo sindicato, sendo uma das propostas apresentadas pelo Governo nas negociações um aumento de treze por cento nos ordenados, uma proposta, na sua opinião, quase surreal e a qual os sindicatos de trabalhadores não aceitaram. Acrescentou que a Atlanticoline não pode aumentar o número de viagens, pois estando em greve, obriga aos serviços mínimos.-----

-----Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia passou à votação da recomendação pela melhoria das acessibilidades marítimas à ilha de São Jorge, tendo sido **aprovado por unanimidade**, devendo esta recomendação ser remetida ao Município de Velas para que diligencie esforços junto do Governo Regional dos Açores.

-----Dado as recomendações apresentadas solicitarem o desenvolvimento de esforços pelo Município de Velas, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Município para que se pronunciasse sobre as mesmas.-----

-----O Presidente do Município iniciou a sua intervenção dizendo que o Município tem sido proativo naquilo que têm sido as conversações com o Governo dos Açores em relação aos transportes marítimos e aéreos. Considera que os transportes são basilares na atualidade, ainda mais numa região arquipelágica, como é o caso dos Açores, mas que atualmente estão piores que nunca, dada a greve nos transportes marítimos e o fim dos encaminhamentos nos transportes aéreos. Contudo, ressalva que já tem envidado

MS
Husee
Hors



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

esforços junto do Governo Regional para sejam encontradas soluções, inclusive a alteração das viagens de sexta e de domingo para a tarde, para assim melhor servir os passageiros. Quanto aos reencaminhamentos, disse ser importante perceber, em dois mil e dezanove, quantos passageiros não residentes usufruíram dos encaminhamentos gratuitos para São Jorge, além disso, disse que apesar da dívida herdada pelo Governo, este mantém os apoios às companhias *low cost* para realizarem voos para São Miguel e Terceira, tendo inclusive sido anunciada mais uma rota. Disse que não poderá a dívida ser justificação para o fim dos encaminhamentos gratuitos para não residentes, contribuindo para que as ilhas mais pequenas sejam sempre as mais penalizadas.-----

-----Pedi a palavra o deputado municipal João Paulo Oliveira que transmitiu que a preocupação do seu grupo municipal prendia-se com a Ilha de São Jorge, cuja população deverá ter os mesmos direitos que os açorianos residentes nas ilhas com *gateway*, inclusive as empresas sediadas no Concelho de Velas.-----

-----Retomou a palavra a deputada municipal Paula Amarante que afirmou que o grupo municipal do Partido Social Democrata pretende defender os interesses dos Velenses. Repetiu que considera que a solução para a questão dos encaminhamentos passará por um acordo entre o Governo Regional dos Açores e o Governo da República a fim de minimizar a dívida existente.-----

-----Não havendo mais inscrições, a **Presidente da Assembleia** passou ao **período para intervenções dos deputados municipais**, convidando-os a inscreverem-se para fazerem uso da palavra.-----

-----Inscreveu-se o deputado municipal André Silveira que questionou o Presidente do Município se, dado o alívio de diversas medidas referentes à gestão da pandemia, pretendia retomar os eventos culturais no Concelho, nomeadamente as Festas de São Jorge e a Semana Cultural das Velas.-----

-----Inscreveu-se a deputada municipal Paula Amarante que transmitiu a preocupação das pessoas envolvidas nas comissões de festas em honra do Divino Espírito Santo relativamente ao fogo que habitualmente é lançado nessas festividades e perguntou se o Município mantinha o apoio com a cedência do paiol municipal para armazenamento desse fogo. Questionou também se seria possível o restauro da placa com um soneto existente no Jardim da República, dado apresentar um elevado grau de degradação, destoando do atual estado de todo o Jardim. Alertou para a necessidade de reparação do extenso buraco existente no pavimento junto ao café Bela Vista, na Avenida do Livramento. Quanto à empreitada de reabilitação do Caminho do TEU, disse lamentar o facto de não ter sido previsto a existência de passeios em algumas zonas, dado se prever ser uma zona de passeio pedonal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

-----Concluiu dizendo que a CPCJ alargada reuniu pela primeira vez e notou a preocupação de alguns membros relativamente à viatura dispensada pelo Município a esta comissão. Disse que, de acordo com o transmitido pela Presidente desta comissão, muitos dos casos que necessitam de intervenção urgente surgem fora do horário de expediente, sendo incompatível com contacto com o Município a solicitar a viatura e o condutor. Acrescentou que as soluções apontadas passariam pela disponibilização de uma viatura do Município apenas para uso pela Comissão, dispensando a necessidade de condutor afeto aos serviços municipais, ou a cedência de um contacto direto que pudessem utilizar nessas situações que ocorrem fora do horário de expediente.-----

-----Inscreveu-se a deputada municipal Luísa Matos que solicitou esclarecimentos do Presidente do Município relativamente ao ponto de situação de diversos projetos, propostos no final do anterior mandato, que previam a reabilitação de diversas vias e espaços públicos na Freguesia do Norte Grande, nomeadamente, a reabilitação do Caminho de Baixo de Santo António, a reabilitação dos caminhos na Fajã do Ouvidor, construção de instalações sanitárias no miradouro da Fajã do Ouvidor, a execução de um miradouro na Fajã da Ribeira da Areia e também na Fajã d'Além e a requalificação do acesso automóvel à Fajã d'Além.-----

-----Inscreveu-se o deputado municipal Renato Bettencourt que questionou qual o ponto de situação da homologação das notas de avaliação para fins de progressão de carreira relativas ao biénio 2019/2020, e para quando se prevê a homologação das mesmas.-----

-----Inscreveu-se o deputado municipal Mário Soares que perguntou, relativamente à empreitada de reabilitação urbana, uma vez que ainda se realizam alguns trabalhos nas ruas da Vila das Velas, o que o Município pretende fazer na zona de calçada na Avenida da Conceição, se a obra do palco já está concluída e se as instalações existentes por baixo do palco irão estar abertas ao público ou se só serão utilizadas em eventos culturais.-----

-----Findas as inscrições, a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Município que esclareceu, relativamente às questões colocadas pelo deputado municipal André Silveira, que estando reunidas as condições, é intenção do Município retomar a realização das Festas de São Jorge e a Semana Cultural, estando inclusive a estruturar as mesmas.-----

-----Respondendo à deputada municipal Paula Sequeira, o Presidente do Município disse quanto ao paiol, que este foi criado para servir as festividades do Concelho, sendo intenção que continue com este propósito. Relativamente à placa de azulejos existente no Jardim da República, reconheceu que esta apresenta um avançado estado de degradação, sendo já a segunda placa deste local (estando a primeira na entrada do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

edifício dos Paços do Concelho), e informou que prevê a colocação de um novo painel de azulejos para a sua requalificação.-----

-----Quanto ao buraco existente na estrada da Avenida do Livramento, que inclusive foi reparado há cerca de dois anos, disse não ser da responsabilidade do Município apesar de se tratar de uma via municipal, mas da Portugal Telecom, proprietária da caixa lá existente. Informou que o Município já trocou correspondência com esta entidade referente a este problema, tendo obtido como resposta indicação de que estariam já a trabalhar na sua resolução, uma vez que a estrutura da própria caixa apresenta sinais de cedência.-----

Relativamente à empreitada do Caminho do TEU, referiu que esta ainda está em fase de execução e esclareceu que está prevista a execução de passeios em todo o troço do caminho, com cerca de três metros de largura.-----

-----Em relação à CPCJ disse discordar na íntegra do que foi transmitido. Referiu que, primeiramente, foi solicitada a aquisição de uma viatura apenas para o serviço desta comissão, pedido ao qual não acedeu por nenhuma comissão da Região dispor de uma viatura para uso exclusivo. Acrescentou que o Município disponibilizou a cedência de uma viatura, sempre que necessário, em qualquer horário, existindo um contacto direto para o efeito, dado um membro do executivo ser o representante do Município na CPCJ, estando este disponível para articular a cedência necessária. Além disso, mencionou que existem outras entidades representadas nesta comissão e que têm também viaturas disponíveis.-

-----Em resposta às questões levantadas pela deputada municipal Luísa Matos, o Presidente do Município transmitiu que a empreitada de reabilitação de vias municipais (na qual se inclui todas as obras mencionadas pela deputada) já está consignada desde vinte e um de outubro de dois mil e vinte e um, tendo sido adjudicada à empresa Tecnovia Açores. Acrescentou que os trabalhos já estão a decorrer na zona Sul do Concelho, prevendo iniciar na zona Norte a partir da Primavera.-----

-----Relativamente à questão do deputado municipal Renato Bettencourt, respondeu o Presidente do Município que a homologação das notas se encontra pendente devido à reclamação por parte de um colaborador que se encontra ainda em análise. Com a resolução deste processo, considera que estarão em condições de homologar as avaliações atribuídas a todos os colaboradores da Autarquia.-----

-----Quanto às questões suscitadas pelo deputado municipal Mário Soares, esclareceu que a obra a decorrer na Avenida da Conceição é uma parceria entre o Município de Velas e o Governo dos Açores, proprietário desta via, estando a ser desenvolvidos os procedimentos para reabilitação da muralha neste espaço pelos danos sofridos aquando da tempestade Killian e, mais tarde, do furacão Lourenço. Acrescentou que, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

administração direta, está a ser reabilitada a zona de calçada, dotando-a de redes de água e eletricidade, permitindo o seu uso em festas ou pelos quiosques durante a época de Verão, além de diverso mobiliário urbano.-----

-----Em relação ao palco transmitiu que a obra já está concluída, estando a aguardar o auto de receção provisório, tendo a fiscalização solicitado ao empreiteiro a retificação de pequenas questões na obra. Quanto às instalações sanitárias disse estar previsto que deem apoio, durante o Verão, àquela frente de mar e aproveitou para referir que as instalações sanitárias do Parque Infantil de Entre Morros também passarão a estar abertas para apoio àquela zona de lazer.-----

-----Finda a intervenção do Presidente do Município, e não havendo mais inscrições, a Presidente abriu o **período para os Presidentes de Junta de Freguesia**.-----

-----Inscreveu-se o Presidente da Junta de Freguesia de Santo Amaro Roger Sousa, que indicou que a Junta de Freguesia, no atual mandato, tem continuado a realizar diversos trabalhos de reabilitação e manutenção na Freguesia. Referiu que, de momento, na zona habitacional, todas as sobras de estrada na Freguesia estão reabilitadas o que facilita a sua manutenção. Continuou indicando que atualmente a maior preocupação prende-se com a falta de um armazém, dado que têm utilizado até à data o edifício da antiga cooperativa de Santo Amaro que estará em fase final de negociação e venda. Ao confirmar-se esta situação, e a ter a Junta que abandonar este espaço, solicita o apoio e a retoma das conversações com o Município para que seja possível encontrar uma solução viável.-----

-----Inscreveu-se o Presidente da Junta de Freguesia da Urzelina André Silveira que questionou, sabendo que não é de competência municipal, qual a previsão para reabilitação da estrada Transversal que liga a Urzelina ao lado Norte da Ilha. Interrogou ainda qual a previsão de conclusão da empreitada do Parque Multiusos da Urzelina e se estaria concluída para utilização no Verão e, relativamente à empreitada do Caminho do TEU, estando as obras a decorrer, se serão assegurados os acessos em segurança às zonas balneares durante a época de Verão.-----

-----Não existindo mais inscrições, a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Município que em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Santo Amaro disse que, ao efetivar-se a venda do edifício da antiga cooperativa, caberá ao Município e à Região colaborar com as Juntas de Freguesia nas suas sedes e armazéns. Contudo considera que o edifício da antiga escola primária da Freguesia poderá ser adaptado para servir esse propósito, apesar de estar, de momento, parcialmente ocupado pela Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge.-----

Sh
Housee
Hoon



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

-----Relativamente às questões suscitadas pelo Presidente da Junta de Freguesia da Urzelina respondeu que a informação que tem quanto à reabilitação da estrada Transversal é que o projeto está numa fase muito adiantada e que a empreitada será financiada pelo PRR. Quanto ao Parque Multiusos indicou que a data prevista para conclusão da empreitada era quinze de agosto e que, estando a obra a decorrer a bom ritmo, tudo indica que estará concluída no prazo, caso não surjam constrangimentos, prevendo que as Festas do Emigrante este ano já decorram neste espaço. Em relação aos acessos às zonas balneares, no âmbito da empreitada do Caminho do TEU, disse que o Município tem estado a trabalhar junto do empreiteiro para que estes estejam concluídos antes de iniciar a época balnear.-----

-----A Presidente da Assembleia passou então ao **período destinado à intervenção do público**. Não havendo público presente, a Presidente da Assembleia deu início ao **período da ordem do dia**.-----

-----Iniciado o **ponto um** da ordem do dia, **informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º deste Regimento**, a Presidente da Assembleia abriu as inscrições aos deputados municipais que pretendessem questionar o Presidente do Município.-----

-----Inscreveu-se a deputada municipal Marília Freitas que perguntou, em relação à reunião tida a dezoito de janeiro referente ao SOS Idoso, em que consiste o projeto e para quando prevê a sua implementação. Quanto à reunião de dia vinte de janeiro com a Projetangra, no âmbito de projetos de reabilitação no Concelho de Velas, nomeadamente a cobertura das piscinas municipais, a segunda fase da ciclovia e a requalificação do caminho Serroa-Beira-Rosais, questiona o que ficou decidido nessa reunião e qual a previsão de início das obras.-----

-----Inscreveu-se a deputada municipal Paula Amarante que interrogou, a propósito da reunião para elaboração e aprovação do plano de atividades para a Casa Museu Cunha da Silveira, se esse plano de atividades já estará disponível para consulta pelo público. Pediu ainda esclarecimentos quanto aos processos judiciais 125/12.0BEPDL, 264/10.1BEPDL e 51/20.9BEPDL.-----

-----Foi dada a palavra ao Presidente do Município que, em resposta à deputada municipal Marília Freitas, esclareceu que o SOS Idoso é um projeto que consiste na atribuição de um equipamento de acordo com a regulamentação definida, a pessoas com idade superior a setenta anos, que tem uma série de conetividades de teleassistência, com familiares e com o número de emergência, entre outros serviços de apoio. Referiu que já decorre o período de candidatura até quatro de março e que se pretende que o seja implementado a partir do mês de março.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

JA
Floussa
Hos

-----Em relação à reunião com a Projetangra mencionou que, dos projetos inscritos em sede de orçamento, estes foram os projetos que, em conjunto com o Gabinete Técnico do Município, consideraram não dispor de meios e recursos internos para executar e que esta reunião ocorreu para transmitir ao gabinete contratado o pretendido para cada projeto.-----

-----Relativamente às questões colocadas pela deputada municipal Paula Amarante, o Presidente do Município indicou que o plano de atividades da Casa Museu Cunha da Silveira estaria disponível no website do Município, apenso à ata da reunião camarária de vinte de dezembro de dois mil e vinte e um. Preciso que este plano de atividades não inclui apenas as atividades realizadas na Casa Museu, para também todo o projeto museológico para a casa de tufo que foi reabilitada pela Autarquia na Vila das Velas, manutenção do espólio e abertura de novos núcleos museológicos.-----

-----Quanto aos processos judiciais esclareceu que o processo 125/12.0BEPDL é um processo que decorre há já algum tempo e que se refere a um factoring celebrado pela Castanheira & Soares no Banif e que está em fase recurso por parte da Massa Insolvente. Que o processo 264/10.1BEPDL, que envolve a Malha Cinzenta, já teve decisão favorável para o Município, e foi interposto recurso pelo autor do processo, refere-se a um terreno vendido com projeto aprovado e que alegam perda de investimento, por entrada em vigor do POOC. O processo 51/20.9BEPDL refere-se à construção de uma moradia na Fajã do Ouvidor, em que a vizinha da proprietária, vinda do Canadá, alega que a construção lhe retirava a vista da sua moradia e que não teria sido bem licenciada.-----

-----Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia passou ao **ponto dois da ordem de trabalhos, proposta de geminação com a cidade de Watsonville nos EUA**, questionando o Presidente do Município se pretendia dar algum esclarecimento neste ponto.-----

-----O Presidente do Município iniciou a sua intervenção dizendo que esta proposta partiu da cidade de Watsonville, sendo de salutar estas parcerias com cidades-irmãs, importantes a nível cultural, social e económico, e, dado ser uma cidade com uma grande ligação aos Açores e a Velas, disse que nunca poderia recusar tal convite.-----

-----Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto dois da ordem do dia, tendo a **proposta de geminação com a cidade de Watsonville nos EUA sido aprovada por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade**.-----

-----A Presidente da Assembleia passou ao **ponto três da ordem do dia estratégia local de habitação do Município de Velas**, dando a palavra ao Presidente do Município para alguns esclarecimentos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

JS
Housce
ffear

-----O Presidente do Município transmitiu que este documento surgiu após apresentação de uma empresa de consultoria que referiu que poderia depois efetuar uma candidatura ao IFRU para suportar o custo do estudo do parque habitacional. Referiu que surgiu posteriormente a possibilidade de candidatura ao primeiro direito por via do IFRU para apoiar a habitação, com base neste estudo. No entanto, surge o PRR que vem financiar a cem por cento, à exceção do IVA, os Municípios que têm o mapeamento feito, sendo o caso de Velas com este estudo. Afirmou que o estudo, para além da avaliação do parque habitacional, prevê a aquisição de imóveis que serão reabilitados pelo Município e, posteriormente, serão colocados à disposição da população através de regulamento próprio.-----

-----Terminou indicando que este projeto permitirá dar melhores condições de habitabilidade à população com menores rendimentos, contribuirá para melhorar a imagem do Concelho reduzindo o número de casas em ruínas e permitirá manter a traça arquitetónica característica.-----

-----Finda a intervenção, e não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia colocou o ponto três a votação, sendo a **estratégia local de habitação do Município de Velas aprovada por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade.**-----

-----Entrando no **ponto quatro da ordem do dia, anexo I dos acordos interadministrativos de delegação das competências do Município de Velas nas Juntas de Freguesia do Concelho de Velas**, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Município para esclarecimentos.-----

-----Esclareceu o Presidente do Município, que os pontos quatro e cinco desta sessão referem-se aos contratos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia e que, apesar dos contratos se manterem, é necessária aprovação pela Assembleia pela alteração dos valores a atribuir, aprovados em sede orçamental e constantes no Plano Plurianual de Investimentos.-----

-----Inscreveu-se a deputada municipal Paula Amarante que assumiu a intenção de voto favorável por parte do grupo municipal do Partido Social Democrata, pois os contratos conferiam maior autonomia às Juntas. No entanto, referiu que a representante da Junta de Freguesia das Manadas iria abster-se nas votações dos pontos quatro e cinco, por ser a Junta que menor valor recebe do Município, atendendo que tem características territoriais muito específicas (grande número de ribeiras e grotas e o elevado declive) e gere três zonas balneares.-----

-----Finda a intervenção, foi o **ponto quatro da ordem do dia colocado à votação** pela Presidente da Assembleia, sendo **aprovado por maioria e em minuta para imediata executoriedade, com dezanove votos a favor dos grupos municipais do Partido**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

Popular, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, e duas abstenções do Partido Social Democrata e do representante da Coligação Democrática Unitária.-----

-----Dando entrada no **ponto cinco da ordem do dia, anexo I dos acordos de execução de delegação das competências do Município de Velas nas Juntas de Freguesia do Concelho de Velas.**-----

-----Uma vez que o Presidente do Município prestou esclarecimentos na intervenção do ponto anterior, e não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia colocou à votação o **anexo I dos acordos de execução de delegação das competências do Município de Velas nas Juntas de Freguesia do Concelho de Velas** que foi aprovada por maioria e em minuta para imediata executoriedade, com dezanove votos a favor dos grupos municipais do Partido Popular, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, e duas abstenções do Partido Social Democrata e do representante da Coligação Democrática Unitária.-----

-----Passando ao **ponto seis da ordem do dia, aprovação da minuta de contrato-programa de cooperação no apoio ao desenvolvimento de atividades entre o Município de Velas e a Associação para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge (ADISJ)**, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Município para alguns esclarecimentos sobre o documento.-----

-----O Presidente do Município referiu que este contrato-programa já decorre há alguns anos e terá uma duração de quatro anos, prevendo a transferência à ADISJ de cento e vinte mil euros por ano, mais vinte mil euros que o contrato-programa anterior. O valor transferido permitirá à ADISJ manter as suas atividades e garantir os seus compromissos bancários, sendo objetivo que até ao final deste mandato autárquico esta Associação liquide na totalidade os empréstimos contraídos.-----

-----Inscreveu-se a deputada municipal Noélia Teixeira que fez o pedido para que a ADISJ passe a ser mais publicitada nas suas ações bem como da aplicação dos fundos.-

-----Não havendo mais inscrições, a minuta de contrato-programa de cooperação no apoio ao desenvolvimento de atividades entre o Município de Velas e a Associação para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge (ADISJ) foi colocada a votação pela Presidente da Assembleia, sendo **aprovada por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade.**-----

-----Terminada a ordem do dia, deu-se por encerrada **esta sessão da qual se lavrou a**

111
Houssaka
Houssaka



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

Ata avulsa da instalação de um membro substituto de um outro efetivo que por motivos justificados falta a esta sessão da Assembleia Municipal -----

----- Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Concelho e Freguesia de Velas, no Auditório Municipal de Velas, onde se encontra Lena Felicidade Pereira Amaral, presidente da Mesa da Assembleia, compareceu pessoalmente e previamente convocado para esta sessão, com vista a proceder-se à sua instalação como membro substituto desta Assembleia Municipal para o quadriénio de dois mil e vinte um a dois mil e vinte cinco do Senhor Vasco Filipe dos Santos Pinto Azevedo, conforme email a mim entregue no dia vinte e três de fevereiro do corrente ano de dois mil e vinte e dois, e em conformidade com o disposto nos números um a três do artigo quadragésimo quarto da lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de janeiro e pela lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, a Senhora Elisabete de Fátima Brasil Marques, comigo, Janete Andreia Ávila da Fonseca, primeira secretária desta Assembleia Municipal, que redigiu e subscreve esta ata.-----

----- Esta cidadã faz parte da lista do Grupo Municipal do PSD, é residente na Estrada Regional, Freguesia das Manadas, Concelho das Velas, Ilha de São Jorge, portadora do cartão de cidadão número 13025834 2 ZX8.-----

----- Verificada a legitimidade do membro atrás indicado e a sua identidade, a senhora presidente da Mesa da Assembleia considerou-a investida nas suas funções, podendo então entrar em atividade.-----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, numa lauda, que fica assinada pela presidente instalador e por mim, Janete Andreia Ávila da Fonseca, que a redigi, a qual após ter sido lida em voz alta na presença simultânea de todos os intervenientes foi aprovada e fica por todos assinada.-----

Janete Andreia Ávila da Fonseca
Elisabete de Fátima Brasil Marques



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**

VOTO DE PESAR

Pelo Falecimento do Padre Manuel Garcia da Silveira

Faleceu, no passado dia 29 de janeiro, o Padre Manuel Garcia da Silveira, com 81 anos de idade.

Nascido na freguesia da Praia do Almoxarife, ilha do Faial, a 20 de fevereiro de 1941, Manuel Garcia da Silveira estudou e formou-se no Seminário Episcopal de Angra. Em abril de 1967 foi ordenado presbítero, na igreja paroquial da sua terra natal, igreja de Nossa Senhora da Graça, por D. Jaime Garcia Goulart, bispo de Díli.

Foi pároco junto das comunidades emigrantes dos Estados Unidos da América, onde vivia a sua família, sendo nomeado pároco da Piedade e Calheta do Nesquim, na ilha do Pico, em 1969. Em 1975 foi nomeado pároco da Luz, na ilha Graciosa e em 1980 nas Velas, ilha de S. Jorge, até à sua jubilação. Foi também pároco na freguesia de Santo Amaro e no lugar da Beira, em São Jorge. Ao deixar de ser pároco foi nomeado capelão da Casa de Repouso João Inácio de Sousa e da Santa Casa da Misericórdia de Velas. Fundou o museu de arte sacra em 1985.

Em abril de 2012 foi agraciado com a medalha de mérito, em prata pelo Município de Velas. Em julho de 2017 celebrou as bodas de ouro da sua ordenação presbiteral. Mais tarde, em 2018 foi agraciado com a ordem de mérito, grau de comendador, pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Durante a sua vida, dedicou-se à igreja Matriz de Velas, de forma brilhante. Foi um dos maiores conhecedores do património religioso da ilha de S. Jorge.

Autor de vários livros, entre eles e em parceria com António Neves Leal, baseado na sua biografia, e intitulado “Pegadas de Uma Caminhada”, escreveu também “Subsídios para o Estudo do Património Artístico e Cultural da Matriz de Velas”, obra entregue em Roma, ao Papa Francisco, em 2017.

Como referiu Rui Dore, no prefácio do livro “Subsídios para o Estudo do Património Artístico e Cultural da Matriz de Velas”: “O padre Manuel Garcia da Silveira tem dois amores: o amor à Igreja e o amor ao património artístico e histórico”. Muito mais havia a referir, visto que deixou legado em todas as paróquias por onde passou.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Velas, reunida em sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2022, emita o seguinte voto de pesar pelo falecimento do Padre Manuel Garcia da Silveira.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família, à Ouvidoria da Ilha de S. Jorge e ao Conselho de Ilha de São Jorge.

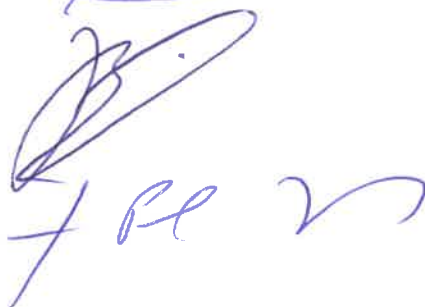
Velas, 23 de fevereiro de 2022

Os Deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista



Ana Soares







**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**

RECOMENDAÇÃO

**Contra o fim dos encaminhamentos gratuitos para passageiros não
residentes**

Considerando que na Região Autónoma dos Açores, cuja insularidade ordena, as ligações aéreas são peça essencial em todas as questões sociais, culturais e económicas. Nos últimos anos, tem sido observado na ilha de São Jorge um grande investimento, quer público, quer privado, no setor do turismo, tendo por base a expectativa do aumento de ligações áreas e o consequente aumento do fluxo de passageiros a entrar na ilha.

Considerando que, com o novo caderno de encargos para o transporte aéreo inter-ilhas, as novas obrigações do serviço público acabaram com os encaminhamentos gratuitos inter-ilhas, para passageiros não residentes, o que provoca relevantes quebras nos números do turismo essencialmente nas ilhas sem *gateway* como é o caso de São Jorge.

Considerando que foi uma opção do Governo Regional, que acabou assim com o pagamento dos encaminhamentos para a ilha de São Jorge de todos os não residentes que entram na Região, o que muito prejudicará muito a economia da ilha, com especial destaque para o turismo.

Considerando que esta é uma medida que prejudica gravemente a economia local representando um grande retrocesso económico e social. É uma solução que, a permanecer, fará com que menos turistas visitem a ilha de São Jorge, influenciando diretamente a coesão territorial regional.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**

Considerando que é uma questão demasiado importante e as consequências que dela advirão demasiado relevantes para a ilha de São Jorge e para o Concelho das Velas.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Velas, reunida em Sessão Ordinária de 23 de fevereiro de 2022, emita a seguinte proposta de recomendação:

Para que o Município de Velas desenvolva esforços junto do Governo Regional dos Açores contra o fim dos encaminhamentos gratuitos para passageiros não residentes, que provocará uma quebra substancial e considerável de passageiros no aeroporto de São Jorge levando, conseqüentemente, a um decréscimo inevitável na atividade turística sazonal da ilha.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Conselho de Ilha de São Jorge, à Assembleia Legislativa Regional, à Secretaria dos Transportes, Turismo e Energia e ao Presidente do XIII Governo Regional dos Açores.

Velas, 23 de fevereiro de 2022

Os Deputados Municipais do Grupo Municipal do Partido Socialista

João Paulo Belém

Ana Soares

Helena

F. P. S.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Exma. Senhora

Presidente da Assembleia Municipal
das Velas

RECOMENDAÇÃO

Pela melhoria das acessibilidades marítimas à Ilha de São Jorge

Considerando que o desenvolvimento social e o crescimento económico numa Região arquipelágica como os Açores carece de um sistema eficiente, eficaz e articulado de transportes;

Considerando que, por maioria de razão, as acessibilidades marítimas a uma Ilha como São Jorge são fundamentais para assegurar níveis de desenvolvimento e crescimento compagináveis com as exigências dos dias que correm, acrescidas pelos efeitos económicos provocados pela doença COVID-19;

Considerando que os transportes que asseguram as acessibilidades à Ilha de São Jorge são a primeira imagem que a Região tem para apresentar a quem visita a nossa Ilha, para além de que são essenciais à dinâmica social, cultural e económica de quem cá vive, de quem cá trabalha e de quem cá tem efetuado investimentos;

Considerando que a paralisação da Empresa Atlânticoline, única que assegura o serviço público de transportes marítimos de passageiros na Região Autónoma dos Açores, já decorre desde o passado mês de dezembro de 2021 e poderá ainda prolongar-se por vários meses;

Considerando que os serviços mínimos diários definidos para a linha verde não vão ao encontro das necessidades básicas dos utilizadores que têm como destino a Nossa Ilha, não permitindo que estes possam viajar para as suas residências às sextas-feiras à noite e regressar nos Domingos à noite;

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like R. Moura, J. Silva, and others.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Considerando que é essencial que estes utilizadores, sendo eles alunos da Escola Profissional da Ilha de São Jorge, Professores das várias Escolas da Ilha, bem como colaboradores de várias Empresas a operar na Ilha de São Jorge, possam passar o fim de semana junto das suas famílias e possam, no seu regresso, cumprir com os seus horários de trabalho ou de formação;

Assim, ao abrigo das disposições previstas na alínea f) do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal das Velas, o Grupo Municipal do CDS-PP recomenda:

1 – Que a Câmara Municipal de Velas diligencie junto do Governo Regional dos Açores, enquanto acionista único da empresa pública de transportes marítimos de passageiros, no sentido de melhorar as acessibilidades à Ilha de São Jorge neste período de Greve, por via de horários adequados, garantindo que são asseguradas as viagens Horta-Madalena-Velas-Madalena-Horta, nas sextas-feiras à noite e nos Domingos à noite.

Velas, 23 de fevereiro de 2022

Os Deputados Municipais do CDS-PP,

Roger Fouse
António Vitorino
João Figueira
Paulo Soares
JH
Conceição Blayser
Sandro Siqueira
Emília
Frederico Vitorino da Silva
João Rodrigues
João Figueira
Luís da Costa



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**

RECOMENDAÇÃO

Normal funcionamento da Linha Verde da Atlânticoline

Considerando que numa Região Arquipelágica como é os Açores, as ligações marítimas são essenciais para aspetos como sejam as questões de saúde, educação, sociais, culturais e económicas.

Considerando que a Atlânticoline é a empresa responsável pelo transporte marítimo entre as ilhas açorianas.

Considerando que a greve constitui, nos termos da Constituição, um **direito** de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não e que representa um direito irrenunciável.

Considerando que, devido aos horários impostos pelo motivo da Greve, apenas tem realização garantida as viagens definidas como de serviços mínimos.

Considerando que na linha verde, que liga as ilhas do Faial, Pico e São Jorge, os serviços mínimos representam que apenas é operada “uma viagem diária todos os dias, no período da manhã, com partida da Horta às 09:00”.

Considerando que estes horários impostos pelo motivo da greve causam grandes constrangimentos a todos os passageiros, essencialmente aos estudantes e doentes deslocados.

Considerando que esta é uma questão demasiado importante e as consequências que dela advirão demasiado relevantes para que o Município de Velas não realize esforço para minimizar as suas consequências.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**

Considerando que, a manter-se a greve no próximo mês, urge uma alteração dos horários, essencialmente nas viagens de sexta e domingo, do período da manhã para o período da tarde.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Velas, reunida em Sessão Ordinária de 23 de fevereiro de 2022, emita a seguinte proposta de recomendação:

Para que o Município de Velas desenvolva esforços junto do Governo Regional dos Açores para minimizar os danos e assegurar o normal funcionamento da linha verde, ressaltando mais uma vez o facto de não estar de todo em causa o direito à greve dos trabalhadores, mas sim os horários impostos por este motivo.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Conselho de Ilha de São Jorge, à Assembleia Legislativa Regional, à Atlânticoline, à Secretaria dos Transportes, Turismo e Energia e ao Presidente do XIII Governo Regional dos Açores.

Velas, 23 de fevereiro de 2022

Os Deputados Municipais do Grupo Municipal do Partido Socialista

João Paulo Belém

Ana Soares

[Signature]

[Signature]